



CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

No Ensino Básico “a avaliação constitui um processo regulador do ensino e da aprendizagem, que orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens desenvolvidas. A avaliação tem por objetivo central a melhoria do ensino e da aprendizagem baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica. As diferentes formas de recolha de informação sobre aprendizagens [...] prosseguem, de acordo com as suas finalidades, os seguintes propósitos: informar e sustentar intervenções pedagógicas, reajustando estratégias que conduzam à melhoria da qualidade das aprendizagens; aferir a prossecução dos objetivos definidos no currículo; certificar aprendizagens.” (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei números 91/2013, de 10 de julho, 176/2014, de 12 de dezembro e 17/2016, de 4 de abril).

Neste processo “(...) o conselho pedagógico da escola, enquanto órgão regulador do processo de avaliação das aprendizagens, define, sob proposta dos departamentos curriculares os critérios de avaliação, de acordo com as orientações gerais do Ministério da Educação” (Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril).

A avaliação no 1.º, 2.º e 3.º ciclos rege-se pela uniformização de critérios e procedimentos de carácter geral a adotar por todos os conselhos de turma/professores titulares de turma, tendo em conta as condições concretas de cada turma e de cada aluno.

1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Educação Pré-Escolar contribui de forma inquestionável para a construção de uma educação que se pretende de qualidade, fundamentada em orientações curriculares que suportam a prática educativa e que se coordenam e articulam com o currículo do ensino básico.

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa em cada nível de educação e de ensino por isso implica princípios e procedimentos de avaliação adequados à especificidade de cada nível. A educação Pré-Escolar tem especificidades às quais não se adequam todas as práticas e formas avaliativas utilizadas noutros níveis de ensino.

Os princípios, procedimentos e práticas organizativas e pedagógicas relativas à avaliação na Educação Pré-escolar estão definidos nos seguintes documentos: Orientação Curriculares para a Educação Pré-escolar, na Lei-Quadro (Lei n.º 5/97 de 10 de fevereiro e Despacho 9180/2016, de 19 de julho que revoga o Despacho nº5220/97, de 4 de agosto; Perfil específico de desempenho do educador de infância (decreto lei nº 241/2001, de 30 de Agosto); Gestão do Currículo na educação pré-escolar – Contributos para a sua operacionalização (circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007, de 10 de Outubro); Avaliação na Educação Pré-Escolar (Circular nº 4/DGIDC/DSDC/2011, de 11 de Abril); Avaliação na Educação Pré-Escolar – procedimentos e práticas organizativas e pedagógicas na Avaliação de Educação Pré-Escolar (Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular); Metas de Aprendizagem (Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular). Lei 65/2015, de 3 de julho, que altera a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que consagra a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade.

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica tem como objetivo a elaboração, adequação e reformulação do plano de atividades da turma, assim como a adoção de medidas e estratégias de diferenciação pedagógica. Será realizada no início e ao longo do ano letivo, cabendo ao educador decidir os momentos em que essa avaliação deve ser feita.

AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação na Educação Pré-escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, pois trata-se, essencialmente, de um processo contínuo e interpretativo que se interessa mais pelos processos do que pelos resultados e procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando consciência do que já conseguiu e das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando. A Educação Pré-escolar é perspectivada no sentido da Educação ao longo da vida, assegurando à criança condições para abordar com sucesso a etapa seguinte.

A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorre e segundo as competências de cada nível etário, tendo como uma das funções principais a regulação do ensino e da aprendizagem.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Observação/Registo sistemático das crianças;
- Fichas de diagnóstico;
- Listas de verificação;
- Análise de trabalhos produzidos pelas crianças;
- Contactos com os Pais e Encarregados de Educação;
- Reuniões com Pais e encarregados de Educação;
- Dossiê dos trabalhos das crianças;
- Registos de avaliação.

PERIODICIDADE

- Avaliação contínua /diária;
- Registo de avaliação das aprendizagens das crianças, no final de cada período;
- Finais de período em reuniões de Conselho Docentes;
- Informação no final do percurso da criança na educação pré-escolar, tendo em vista a articulação com o 1º CEB, no final do ano letivo.

COMUNICAÇÃO DA AVALIAÇÃO:

- Aos Pais/Encarregados de Educação em atendimento individual de acordo com o horário estipulado em cada JI;
- Comunicação dos registos de avaliação das competências da criança nos finais dos 1º e 2º períodos letivos, em dia a estipular;
- Comunicação e entrega de ficha de avaliação/registo do desenvolvimento no final do ano letivo, em data a definir no 3º período;

- Ao departamento curricular nas reuniões de avaliação e sempre que as educadoras titulares de grupo considerem relevante o relato e avaliação de determinadas situações;

TERMINOLOGIA A UTILIZAR

Na avaliação das crianças será utilizada a seguinte nomenclatura:

Adquiriu – A

Em aquisição – EA

Não adquiriu – NA

2- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

De acordo com o Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro e com o Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho.

Nota: Estes critérios são extensivos a todas as disciplinas. São complementados pela definição de conteúdos e objetivos curriculares a desenvolver e atingir que constarão no dossiê de coordenação de 1.º ciclo, todos os professores terão acesso em suporte informático; e nos documentos estratégicos do agrupamento.

Finalidades da Avaliação

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

Objeto da Avaliação

A avaliação incide sobre os capacidades e conhecimentos definidos tendo como referência os programas e as metas de aprendizagem das diversas disciplinas de cada ciclo, expressas no Plano de Atividades da Turma (PAT).

Intervenientes

- O professor;
- O aluno;
- O conselho de docentes, no 1.º ciclo;
- A direção e o conselho pedagógico;
- O encarregado de educação;
- O docente de educação especial e outros profissionais que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno;
- A administração educativa.

Modalidades de Avaliação

Avaliação Diagnóstica – Conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o PAT, facilitando, dessa forma, a integração escolar do aluno, apoiando a sua orientação escolar e vocacional. Pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa.

Avaliação Formativa – É a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume caráter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem; A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes

intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e capacidades, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

Avaliação sumativa – A avaliação sumativa consubstancia um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos e das definidas para cada disciplina/aérea curricular resultante do processo. A avaliação sumativa traduz a necessidade de, no final de cada período escolar, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens. Esta modalidade de avaliação traduz ainda a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno. A coordenação do processo de tomada de decisão relativa à avaliação sumativa, garantindo a sua natureza globalizante e o respeito pelos critérios de avaliação referidos no artigo 7.º do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril, compete no 1.º ciclo, ao professor titular de turma.

A avaliação de cada aluno terá em consideração:

| Anos | Domínio Cognitivo (Conhecimentos/ Capacidades) | Domínio Socio afetivo (Atitudes e Valores) |
|---------|--|---|
| 1º e 2º | 70% | 30% |
| 3º e 4º | 75% | 25% |

Estes domínios são transversais e avaliados, por isso, em todas as atividades curriculares disciplinares e não disciplinares.

Terminologia a utilizar nas Fichas de Avaliação Formativa/Sumativa

Ao longo do ano letivo, no processo de avaliação do aluno, a terminologia a utilizar na classificação das fichas de avaliação formativa/sumativa é a seguinte:

| | |
|--------------|------------|
| Insuficiente | 0% – 49% |
| Suficiente | 50% – 69% |
| Bom | 70% – 89% |
| Muito Bom | 90% – 100% |

PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O aluno, como resultado do seu percurso escolar, ao terminar o 1.º ciclo deverá possuir:

- Os conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos;
- Uma formação que lhe garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidades de raciocínio, memória, espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a sua realização em harmonia com os valores da solidariedade social;
- A consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- O conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesa;
- Maturidade cívica e socioafetiva, atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Responsabilidade e ser interveniente na vida comunitária;
- Gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- Um desenvolvimento físico-motor, tanto nas atividades manuais como na educação artística;

- Uma formação equilibrada e relacionada entre o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- As competências específicas de cada área curricular.

3. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS GERAIS DE AVALIAÇÃO PARA OS ALUNOS DOS 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

1. DEFINIÇÃO

Os critérios gerais de avaliação constituem referenciais comuns, no interior da escola, aprovados pelo conselho pedagógico e operacionalizados pelos departamentos curriculares, pelos grupos disciplinares e conselhos de turma.

2. OBJETO

A avaliação constitui um processo regulador que tem por objetivo central a melhoria do ensino e da aprendizagem baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica e tem como referência os programas/metas curriculares em vigor para as diversas disciplinas dos 2.º e 3.º ciclos.

As aprendizagens relacionadas com as componentes do currículo de carácter transversal, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constitui objeto de avaliação em todas as disciplinas.

Ao privilegiar uma educação assente em valores humanistas, considera-se relevante definir um conjunto de comportamentos observáveis enquanto objeto de avaliação que integram o domínio das atitudes e valores, domínio transversal a todas as disciplinas.

3. AVALIAÇÃO

3.1. Modalidades de Avaliação

A avaliação interna das aprendizagens, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola, compreende as seguintes modalidades de avaliação:

Diagnóstica (oral/escrita/prática)- realiza-se sempre que seja considerado oportuno, sendo essencial para fundamentar a definição de planos didáticos, de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

Formativa- A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, devendo recorrer a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade das aprendizagens e às circunstâncias em que ocorrem, permitindo aos professores, aos alunos, aos encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias. É a principal modalidade de avaliação e permite obter informação nos diversos domínios curriculares, devendo fundamentar o apoio às aprendizagens, nomeadamente à autorregulação dos percursos dos alunos em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos encarregados de educação.

Sumativa- A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos e inclui:

a) A avaliação interna das aprendizagens, da responsabilidade dos professores e órgãos de gestão pedagógica da escola, traduz a necessidade de, no final de cada período escolar, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens. Traduz ainda a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno. A informação resultante da avaliação interna das aprendizagens traduz-se numa classificação expressa numa escala de níveis de 1 a 5 em todas as disciplinas, acompanhada de uma apreciação descritiva, a inscrever na ficha de registo de avaliação, que permite informar os alunos e os encarregados de educação sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar.

b) A avaliação externa das aprendizagens, da responsabilidade dos serviços e organismos do Ministério da Educação, compreende:

- Provas de aferição
- Provas finais de ciclo

3.2. Instrumentos de Avaliação

- Os instrumentos de avaliação resultam da articulação entre os professores de cada grupo disciplinar que lecionam o mesmo ano de escolaridade;
- Recomenda-se o agendamento de testes e outros instrumentos de avaliação nas reuniões de conselho de turma: em setembro / outubro para o 1º período; nas reuniões de avaliação de final de período para os períodos seguintes. Atendendo ao peso que os testes têm na avaliação dos alunos e ao seu número reduzido, recomenda-se a marcação de, no máximo, 3 testes por semana;
- Só a título excecional, e devidamente justificado, podem realizar-se duas provas escritas e/ou práticas de avaliação no mesmo dia;
- As datas de aplicação dos instrumentos de avaliação devem ser registadas nas grelhas existentes nos livros de ponto e comunicadas aos alunos em tempo útil;
- Independentemente da natureza da disciplina, os professores têm que comunicar aos alunos, por escrito, os resultados obtidos em todos os elementos de avaliação;
- É obrigatória a entrega e correção de todos os instrumentos de avaliação, no decorrer de uma aula da própria disciplina, antes do fim do período em que foram aplicados. Apenas por motivo de força maior, e devidamente justificado em reunião de departamento e de conselho de turma, podem ser entregues aos alunos os instrumentos da avaliação no período letivo seguinte àquele em que foram realizados;
- Todos os testes, produções escritas/orais e/ou provas práticas de avaliação e trabalhos individuais e/ou cooperativos devem ser devidamente corrigidos e classificados pelo professor, sendo a sua entrega obrigatória no horário normal da turma;
- Os professores devem proceder à correção dos instrumentos escritos de avaliação de forma clara e objetiva, prestando todos os esclarecimentos solicitados, e ainda orientar os alunos com vista à realização de atividades de remediação;
- Os alunos não devem realizar qualquer prova escrita ou prática na última semana de aulas de cada período, a não ser por razões excecionais e devidamente justificadas. Para o efeito, o docente deverá, atempadamente, requerer autorização à direção para a realização da prova, pedido que poderá ser deferido ou indeferido.

GRELHAS DE OBSERVAÇÃO DIRETA - Deverão ser construídas, pelos professores do mesmo grupo disciplinar, grelhas de observação em uso no departamento. Das mesmas deve ser dado conhecimento aos alunos no início do ano letivo.

TESTE DE AVALIAÇÃO - Os testes devem, dentro do possível, ser elaborados segundo os modelos disponibilizados pelo IAVE.

As aprendizagens a avaliar, a estrutura e a tipologia das questões devem constar da informação teste, elaborada pelos professores que lecionam a mesma disciplina/nível e comunicada claramente aos alunos, em tempo útil.

A classificação é expressa numa apreciação qualitativa e quantitativa.

A entrega de cada teste de avaliação deve ser efetuada, na sala de aula, como definido no RI.

TRABALHO COOPERATIVO a promover em sala de aula

Na disciplina de **Saúde e Cidadania**, recomendam-se os seguintes instrumentos:

- Observação direta;
- Trabalhos cooperativos;
- Trabalhos/ produções individuais.

4. AVALIAÇÃO: ATITUDES E VALORES

O domínio das atitudes e valores assume um peso variável na avaliação dos alunos em função de cada ano de escolaridade (entre 15% para o 9.º ano e os 25%, correspondentes ao 5.º ano).

A avaliação de cada aluno terá em consideração:

| Ciclo Anos | | Domínio Cognitivo (Conhecimentos/ Capacidades) | Domínio Socioafetivo (Atitudes e Valores) |
|---------------|---------|--|--|
| 2º | 5º | 75% | 25% |
| | 6º | 80% | 20% |
| 3º | 7º e 8º | 80% | 20% |
| | 9º | 85% | 15% |

5. CLASSIFICAÇÃO

A classificação de cada instrumento de avaliação deverá traduzir-se num registo quantitativo e qualitativo que reflita uma avaliação global de todos os itens, de acordo com a seguinte escala:

| Notação qualitativa | Insuficiente | | Suficiente | Bom | Muito Bom |
|---|--------------|-----------|------------|-----------|------------|
| Notação quantitativa (percentual) | 0% - 19% | 20% - 49% | 50% - 69% | 70% - 89% | 90% - 100% |

A classificação a atribuir no final de cada período, de acordo com o espírito da avaliação contínua, tem de

refletir a apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno até ao momento e o respeito pelos critérios de avaliação. Neste contexto, a ponderação a atribuir a cada um dos períodos letivos deve ser:

- 1.º período: Média ponderada de todos os elementos de avaliação;
- 2.º período: Média ponderada de todos os elementos de avaliação (1.º e 2.º períodos);
- 3.º período: Média ponderada da totalidade dos elementos de avaliação (1.º, 2.º e 3.º períodos).

| Notação quantitativa (percentual) | 0% - 19% | 20% - 49% | 50% - 69% | 70% - 89% | 90% - 100% |
|---|----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Nível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

(Tabela de conversão da escala percentual 0 a 100 na escala de 1 a 5 constante do despacho normativo 1-F/2016, de 5 de abril, anexo I)

Devido à especificidade da disciplina de Educação Física e do grupo disciplinar de Educação Artística e Tecnológica, os Critérios Gerais e os domínios e respetivos pesos estarão discriminados separadamente.

Ao longo do ano letivo, nomeadamente no final de cada período, devem ser promovidos com os alunos momentos de reflexão e autoavaliação. O professor deverá esclarecer os alunos sobre eventuais discrepâncias entre a sua avaliação e a autoavaliação feita pelos alunos.

Em casos de mudança de professor por força de substituição temporária, a avaliação sumativa deve ser ponderada pelos professores substitutos e titulares das turmas, através dos elementos disponibilizados por ambos, de acordo com a situação em causa, com a supervisão do coordenador do departamento curricular.

Segundo o ponto 2 do art.º 5º do Despacho normativo 13/2004, de 15 de setembro, **as componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental** serão operacionalizadas da seguinte forma:

- a) no ensino básico, a avaliação da **compreensão e expressão em língua portuguesa**, com um peso percentual de 3 (escrita – 2 e oralidade – 1), será avaliada ao nível da compreensão e expressão - utilização correta para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio e ser contemplada no domínio cognitivo/conhecimentos e capacidades;
- b) no ensino básico, a avaliação das **tecnologias da informação e comunicação**, com um peso percentual de 2;
- c) no ensino básico, a componente **educação para a cidadania** deve ser contemplada no domínio atitudinal/comportamental.

No caso das línguas (materna e estrangeiras), o peso percentual atribuído à compreensão e expressão em língua portuguesa é diluído na avaliação das competências específicas destas áreas.

7. CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO/ NÃO TRANSIÇÃO

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, Transitou ou Não Transitou, no final de cada ano, e Aprovado ou Não Aprovado, no final de cada ciclo.

A decisão de transição para o ano de escolaridade seguinte reveste carácter pedagógico, sendo a retenção considerada excecional. A decisão de retenção só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas.

Como critério regulador, o conselho pedagógico determina que o limiar de transição a considerar, para os 5.º, 7º e 8º anos de escolaridade, seja o seguinte:

O aluno transita se obtiver até três níveis inferiores a três no conjunto das disciplinas frequentadas nesta escola, desde que não se incluam nestas, cumulativamente, Português e Matemática.

Caso o aluno obtenha mais de três níveis inferiores a três, e considerando que a evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, o conselho de turma avalia a possibilidade de o aluno recuperar/desenvolver as aprendizagens necessárias no ano subsequente, tendo em conta o perfil específico de aprendizagens definido para o final dos 2.º e do 3º ciclos:

Perfil Específico de Aprendizagens

- Mobiliza saberes científicos, tecnológicos, sociais, culturais e artísticos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano.
- Usa adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar.
- Usa corretamente a língua materna para comunicar e estruturar pensamento próprio.
- Usa línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para a apropriação da informação.
- Adota estratégias adequadas à resolução de problemas, de interpretação de fontes e/ou resultados para tomada de decisões.
- Pesquisa, seleciona, organiza e comunica informação de forma adequada.
- Relaciona harmoniosamente o corpo com o espaço numa perspetiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.
- Realiza atividades de forma autónoma, responsável e criativa, manifestando uma atitude ativa face às aprendizagens.
- Colabora com outros em tarefas e projetos comuns, evidenciando respeito pelas normas.

Verificando-se a retenção, compete ao conselho de turma identificar as aprendizagens não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração de um plano individual (Artigo 26.º-A do Decreto-Lei 17/2016, de 4 de abril).

No 9º ano, o aluno não progride e obtém a menção de Não Aprovado, se estiver numa das seguintes condições:

a) Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português e de Matemática;

b) Tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas.

As disciplinas **Educação Moral e Religiosa** e **Saúde e Cidadania**, oferta complementar, não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

8. AVALIAÇÃO EXTERNA DAS APRENDIZAGENS

Provas de Aferição

As provas de aferição são de aplicação universal e de realização obrigatória por todos os alunos do ensino básico, numa única fase, no final do ano letivo, nos 2.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade.

As provas têm como referencial de avaliação os documentos curriculares em vigor e abrangem, anualmente, as disciplinas de Português ou de Matemática e, rotativamente, uma das outras disciplinas, com inclusão de instrumentos vocacionados para a avaliação de situações práticas, assegurando a cobertura integral das áreas disciplinares do currículo.

As provas não integram a avaliação interna, pelo que os seus resultados não são considerados na classificação final das disciplinas. Dão origem a informação sobre o desempenho do aluno, a inscrever na ficha individual do aluno.

Provas Finais de Ciclo

As provas finais de ciclo, a realizar no final do 9.º ano de escolaridade, nas disciplinas de Português e Matemática, visam avaliar o desempenho dos alunos, certificar a conclusão do ensino básico e criar a possibilidade de prosseguimento de diferentes percursos escolares.

As provas finais de ciclo complementam o processo da avaliação sumativa de final do 3.º ciclo, sendo os resultados das mesmas considerados para o cálculo da classificação final de disciplina.

As provas finais de ciclo têm como referencial de avaliação os documentos curriculares em vigor relativos ao 3.º ciclo do ensino básico.

As provas finais de ciclo são classificadas na escala percentual de 0 a 100, arredondada às unidades, sendo a classificação final da prova convertida na escala de 1 a 5.

9. AVALIAÇÃO INTERNA DAS APRENDIZAGENS

Provas De Equivalência à Frequência

As provas de equivalência à frequência realizam-se a nível de escola nos 4.º, 6.º e 9.º anos, com vista a uma certificação de conclusão de ciclo, para alunos autopropostos.

No 9.º ano, nas disciplinas em que existam provas finais de ciclo, estas substituem as provas de equivalência à frequência.

As provas de equivalência à frequência incidem sobre os conteúdos dos programas, têm como referência as metas curriculares estabelecidas para o ciclo e contemplam ainda uma prova oral, no caso das disciplinas de Português e línguas estrangeiras.

A classificação da prova de equivalência à frequência corresponde à classificação final de disciplina.

SUPORTE LEGAL

Lei de Bases do Sistema Educativo

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro

Lei 51/2012, de 5 de Setembro

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho

Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril

Despacho normativo 1-F/2016, de 5 de abril

Regulamento Interno

Projeto Educativo

3.1. DEPARTAMENTO DE EXPRESSÕES - 2º E 3º CICLOS

Os programas em vigor permitem uma gestão flexível do currículo, quer a nível das aprendizagens, como das competências essenciais específicas.

A abordagem das áreas de exploração e dos conteúdos não é necessariamente tratada de forma sequencial. Tendo em conta a estrutura aberta e flexível do programa, quer a nível de temas, assuntos ou situações/problema, conteúdos e áreas de exploração, o seu desenvolvimento efetua-se de acordo com as novas metas curriculares estipuladas para cada uma das disciplinas.

Nas disciplinas de Educação Musical, Educação Visual e de Educação Tecnológica a avaliação deve considerar os processos de aprendizagem, o contexto em que a mesma se desenvolve, os conhecimentos e capacidades adquiridas nos domínios cognitivo, técnico e socio afetivo.

Na disciplina de Educação Física a avaliação das aprendizagens compreende as seguintes modalidades:

- **Avaliação Diagnóstica** – Realiza-se no início de cada ano letivo ou em qualquer momento e deve constituir a base para a elaboração do PAT. Esta avaliação permitirá optar pelas melhores estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, facilitar a integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional;
- **Avaliação Formativa** – Assume um carácter contínuo e sistemático incidindo sobre os conhecimentos e capacidades adquiridas. Esta avaliação recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação (trabalhos e projetos elaborados, caderno diário, fichas de trabalho, fichas de avaliação sumativa, etc.). A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno e ao encarregado de educação informações sobre o desenvolvimento das aprendizagens de forma a melhorar o processo ensino-aprendizagem;
- **Avaliação Sumativa** – Realiza-se no final de cada período letivo, avalia as aprendizagens realizadas pelos alunos e baseia-se na avaliação formativa, tendo em conta os domínios cognitivo, técnico e socio afetivo.
- **Autoavaliação** – Realiza-se numa ficha em todos os finais de período, onde os alunos preenchem os vários parâmetros de forma a avaliar o seu desempenho ao longo do período.

NOMENCLATURA E INTERVALOS DAS PERCENTAGENS

| Intervalos de Percentagem | Menção qualitativa |
|---------------------------|--------------------|
| 0 a 19 | Insuficiente |
| 20 a 49 | |
| 50 a 69 | Suficiente |
| 70 a 89 | Bom |
| 90 a 100 | Muito Bom |

Disciplinas

Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Musical e de Educação Física

Os critérios de avaliação nas disciplinas assentam em quatro domínios: O **Cognitivo**, o **Técnico**, **Prestação Motora** (Educação Física), o **Socioafetivo** e nas **transversalidades da Língua Portuguesa, Educação para a Cidadania e TIC**.

| DOMÍNIOS | | PONDERAÇÃO (%) | | | |
|--------------|--|----------------|---------|---------------|---------|
| | | 2.º Ciclo | | 3.º Ciclo | |
| | | 5.º ano | 6.º ano | 7.º e 8.º ano | 9.º ano |
| Cognitivo | Conhecimentos (Saber) | 30 | 30 | 30 | 25 |
| Técnica | Capacidades (Saber fazer) | 45 | 50 | 50 | 60 |
| Socioafetivo | Atitudes e Valores (Saber ser/ Saber estar) | 25 | 20 | 20 | 15 |

- Os **aspetos cognitivos**, formação e alargamento de conceitos, são avaliados segundo diferentes instrumentos, assim, ficou definido que nas duas disciplinas o peso percentual de cada instrumento será:

| | EDUCAÇÃO VISUAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA | | | | EDUCAÇÃO MUSICAL | | |
|---|--|--------|-------------|--------|------------------|--------|-------------|
| | 2.º Ciclo | | 3.º Ciclo | | 2.º Ciclo | | 3.º Ciclo |
| | 5º ano | 6º ano | 7º e 8º ano | 9º ano | 5º ano | 6º ano | 7º e 8º ano |
| Apreciação verbal/questionamento | 10% | | 10% | 5% | 5% | | 5% |
| Fichas de trabalho/testes | 20% | | 20% | 20% | 25% | | 25% |
| Trabalhos realizados | 20% | 25% | 25% | 30% | ----- | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Técnicas Processos | 25% | 25% | 25% | 30% | | | |
| Prática vocal e instrumental | ----- | | | | 45% | 50% | 50% |

Nas disciplinas de Educação Visual e de Educação Tecnológica a *avaliação das Técnicas* é realizada ao nível do domínio, da expressão e da sua adequação. No que concerne à representação rigorosa devem ser

avaliadas também segundo o seu rigor e exigência. A *avaliação dos Processos* deve ser efetuada segundo duas vertentes: a utilização do método de resolução de problemas e a expressão não condicionada.

Na disciplina de Educação Musical a *avaliação da Prática Vocal e Instrumental* é realizada ao nível da interpretação, criação e experimentação bem como da perceção sonora e musical.

| EDUCAÇÃO FÍSICA | | | | | |
|------------------|--|----------------|---------|---------------|---------|
| DOMÍNIOS | | PONDERAÇÃO (%) | | | |
| | | 2.º Ciclo | | 3.º Ciclo | |
| | | 5.º ano | 6.º ano | 7.º e 8.º ano | 9.º ano |
| Cognitivo | Conhecimentos (Saber) | 10 | | 10 | 15 |
| Prestação Motora | Capacidades (Saber fazer) | 65 | 70 | 70 | |
| Socioafetivo | Atitudes e Valores (Saber ser/ Saber estar) | 25 | 20 | 20 | 15 |

| <u>ALUNOS COM ATESTADO MÉDICO</u> | | | | | | |
|--|-------------------------------------|----------|--------|----------|--------|--------|
| Alunos com atestado médico de longa duração (superior a 8 dias) serão avaliados da seguinte forma: | | | | | | |
| Domínios | | 2º ciclo | | 3º ciclo | | |
| | | 5º ano | 6º ano | 7º ano | 8º ano | 9º ano |
| COGNITIVO | Conhecimentos | 75% | 80% | 80% | 80% | 85% |
| SOCIOAFETIVO | Atitudes (comportamentos) e Valores | 20% | 15% | 15% | 15% | 10% |
| | Assiduidade/Pontualidade | 5% | 5% | 5% | 5% | 5% |

| Perfil do Aluno | | |
|-----------------|---|--|
| | Domínio Cognitivo/Técnico | Domínio Socio afetivo |
| Nível 1 | <ul style="list-style-type: none"> . Não aplica nem domina os conceitos e técnicas. . Não adquiriu, não compreendeu os conhecimentos . Não revela criatividade. . Não revelou capacidade de expressão e comunicação visual . Não concretizou os trabalhos propostos. . Não demonstra evolução ao longo do ano letivo. | <ul style="list-style-type: none"> . Não revela interesse e/ou assiduidade. . Desrespeita normas e valores da sala de aula. . Revela muita falta de responsabilidade. . É pouco autónomo . Não demonstra interesse pelas atividades da aula . Não revela hábitos de trabalho e organização . Nunca apresenta os materiais necessários . Não foi organizado |
| Nível 2 | <ul style="list-style-type: none"> . Dominou com dificuldades as técnicas e instrumentos de trabalho . Compreende, aplica e domina os conceitos e técnicas de uma forma não satisfatória. . Revela pouca criatividade . Revelou pouca capacidade de expressão e comunicação visual . Não concretizou os trabalhos propostos de forma satisfatória. . Não demonstra evolução ao longo do ano letivo. | <ul style="list-style-type: none"> . Manifesta falta de interesse e/ou fraca assiduidade. . Nem sempre respeita normas e valores da sala de aula. . Revela falta de responsabilidade e pouca autonomia. . Demonstra pouco interesse pelas atividades da aula . Nem sempre revela hábitos e métodos de trabalho . Não apresenta com regularidade os materiais necessários . Não foi organizado |
| Nível 3 | <ul style="list-style-type: none"> . Dominou com alguma facilidade as técnicas e instrumentos de trabalho . Compreende, aplica e domina os conceitos e técnicas de uma forma satisfatória. . Revela alguma criatividade. . Revelou alguma capacidade de expressão e comunicação visual . Demonstra uma evolução satisfatória ao longo do ano letivo. . Concretizou os trabalhos propostos de forma satisfatória. | <ul style="list-style-type: none"> . Manifesta algum interesse e é assíduo. . Normalmente respeita normas e valores da sala de aula. . Revela alguma responsabilidade e autonomia. . Demonstra algum interesse pelas atividades da aula . Revela hábitos e métodos de trabalho . Apresenta com regularidade os materiais necessários . Foi organizado |
| Nível 4 | <ul style="list-style-type: none"> . Dominou com facilidade as técnicas e instrumentos de trabalho . Compreende, aplica e domina os conceitos e técnicas de uma forma bastante satisfatória. . Revela criatividade. . Revelou capacidade de expressão e comunicação visual . Demonstra uma evolução bastante satisfatória ao longo do ano letivo. . Concretizou os trabalhos propostos de forma bastante satisfatória. | <ul style="list-style-type: none"> . Manifesta interesse e assiduidade. . Respeita normas e valores da sala de aula. . Revela responsabilidade e autonomia. . Demonstra interesse pelas atividades da aula . Revela hábitos e métodos de trabalho . Apresenta com regularidade os materiais necessários . Foi organizado |
| Nível 5 | <ul style="list-style-type: none"> . Dominou com muita facilidade as técnicas e instrumentos de trabalho . Compreende, aplica e domina os conceitos e técnicas de uma forma muito satisfatória. . Revela muita criatividade. . Revelou muita capacidade de expressão e comunicação visual . Demonstra uma evolução muito satisfatória ao longo do ano letivo. . Concretizou os trabalhos propostos de forma muito satisfatória. | <ul style="list-style-type: none"> . Manifesta muito interesse e é assíduo. . Respeita sempre normas e valores da sala de aula. . Revela muita responsabilidade e muita autonomia. . Demonstra muito interesse pelas atividades da aula . Revela hábitos e métodos de trabalho . Apresenta sempre os materiais necessários . Foi muito organizado |

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA OFERTA COMPLEMENTAR – SAÚDE E CIDADANIA

A avaliação de cada aluno terá em consideração:

| PARÂMETROS | | PONDERAÇÃO (%) | | | | | | Avaliação Qualitativa |
|-------------|--|----------------|-------------|-----------|--------|-------------|--------|-----------------------|
| | | 1.º Ciclo | | 2.º Ciclo | | 3.º Ciclo | | |
| | | 1º e 2º ano | 3º e 4º ano | 5º ano | 6º ano | 7º e 8º ano | 9º ano | |
| Saber Fazer | Pensamento crítico e criativo Comunicação e argumentação | 70 | 75 | 75 | 80 | 80 | 85 | |
| Saber Estar | Valores sociais e humanos Responsabilidade Cooperação Participação Empenho Respeito por si e pelos outros Organização do caderno diário e outro material | 30 | 25 | 25 | 20 | 20 | 15 | |

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ABRANGIDOS PELA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (D. L. 3/2008, de 7 de Janeiro)

OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A intervenção da Educação Especial assenta essencialmente em duas grandes linhas de ação. A primeira consubstancia a resposta à necessidade de reflexão, avaliação e planificação de atividades e caracteriza-se por um funcionamento virado para as necessidades das escolas. Nomeadamente, a ação da Educação Especial orienta-se para a colaboração com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica da escola e com os conselhos de docentes e de turma na deteção e avaliação de necessidades educativas específicas e na organização e incremento dos apoios especializados adequados.

A segunda linha de ação centra-se no trabalho direto com os alunos. Através da função primordial de avaliação (diagnóstica e formativa) e de participação na avaliação sumativa, e da prestação de aulas individualizadas, a Educação Especial contribui para a diversificação de estratégias e métodos educativos de forma a promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com NEE, reforçando e desenvolvendo competências específicas ou áreas curriculares específicas.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM NEE

A. PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

A referenciação de alunos pode ser feita por qualquer pessoa à direção do Agrupamento, devendo explicitar as dificuldades do aluno que motivam o pedido. À Educação Especial compete desenvolver as ações previstas na legislação no sentido de avaliar os alunos referenciados, confirmando ou não a necessidade efetiva de aplicação das medidas educativas previstas no Decreto-Lei n.º 3/2008, cooperando estreitamente com os serviços de psicologia e os docentes responsáveis pela turma do aluno e dando resposta nesta matéria às solicitações do órgão de gestão. O critério essencial que preside à intervenção do DEE nesta fase que antecede o processo de avaliação direta assenta na recolha e análise do máximo de informação pertinente sobre o aluno de modo a agilizar o período temporal dessa avaliação.

B. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O máximo rigor profissional é posto na categorização das necessidades educativas dos alunos referenciados. Os critérios de avaliação subjacentes a esta fase do processo respondem pela necessidade de que nenhum aluno com deficiências ou perturbações permanentes no seu desenvolvimento seja alvo de exclusão na aprendizagem. De igual modo, nenhum aluno referenciado e avaliado irá beneficiar de medidas especiais de compensação de que não tenha efetiva necessidade, por tal não ser justo nem benéfico para o normal desenvolvimento das suas aprendizagens. A ação dos DEE é clarificada nesta fase pela elaboração do Relatório de Avaliação Pedagógica em Educação Especial e, posteriormente, pela elaboração do Relatório Técnico-Pedagógico conjuntamente pela Educação Especial e SPO.

Os critérios de avaliação diagnóstica estendem-se a outros domínios. Por um lado, é necessário tipificar os domínios do desenvolvimento em que as NEE se manifestam: Sensorial (audição, visão); Cognitivo (intelectual); Comunicação, Linguagem e Fala; Motor; Saúde Física; Emocional/Personalidade e multideficiência (domínio cognitivo, motor e/ou sensorial), propor as medidas educativas a implementar (apoio pedagógico personalizado, adequações curriculares individuais, adequações no processo de matrícula, adequações no processo de avaliação, currículo específico individual, tecnologias de apoio) e também se deve ou não proceder à integração em turma de número reduzido de alunos, pela necessidade de apoio individualizado e sistematizado.

C. AVALIAÇÃO FORMATIVA

Com a homologação pela direção do Agrupamento do PEI do aluno e com a anuência expressa do encarregado de educação, conclui-se uma parte do processo e fica determinada a situação dos alunos com NEE, dando-se início à fase de implementação das medidas aprovadas. Quando a Educação Especial intervém na prestação do apoio pedagógico personalizado e na definição de outras medidas educativas adequadas à consecução do tipo de currículo que for definido ao aluno, dá-se início à avaliação formativa e os DEE passam a desenvolver ações de intervenção pedagógica direta com os alunos que experienciam

dificuldades especiais permanentes de acesso ao currículo ou ainda com os que, com problemas mais graves, devem realizar currículos com substanciais diferenças relativamente ao currículo normal.

O apoio pedagógico direto que os DEE prestam aos alunos com NEE de carácter permanente incide genericamente sobre as estruturas do desenvolvimento e da aprendizagem, articulando-as de forma equilibrada na sua intervenção, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento proximal do aluno e para obter deste uma adesão mais significativa às aprendizagens curriculares que lhe foram definidas. Não sendo a Educação Especial uma disciplina (apesar de ter um carácter disciplinar nos CEI - currículos específicos individuais), a intervenção direta da Educação Especial facilita a aquisição e a consolidação das capacidades de desempenho cognitivas, comunicativas, linguísticas e motoras, indispensáveis à consecução mais geral do seu sucesso pessoal, escolar, social e emocional, e bem-estar físico.

A avaliação formativa dos alunos com NEE pela Educação Especial consiste, nomeadamente, na formulação de juízos qualitativos sobre o seu desenvolvimento (cognitivo, linguístico e emocional) e as aprendizagens académicas básicas relevantes e necessárias para o acesso ao currículo (comunicar, pensar, ler, escrever, calcular) que constituem o cerne da intervenção direta do Docente de Educação Especial, de acordo com os pontos 1, alínea d, e 3 do artigo 17, e pontos 2 e 4 do artigo 18, todos do Decreto-Lei n.º 3/2008.

A avaliação formativa realizada pela Educação Especial envolve:

(i) uma componente específica, relacionada com o trabalho direto com os alunos portadores de NEE desenvolvido individualmente ou em pequenos grupos (CEI),

(ii) uma componente de articulação de juízos com os outros intervenientes no processo educativo, nomeadamente o diretor de turma / professor titular de turma/ educador titular de grupo, através da participação em conselhos de turma/conselhos de docentes, e ainda em reuniões com os encarregados de educação e outros técnicos envolvidos no processo educativo

(iii) uma componente de formalização de juízos inscritos em quadro próprio da Educação Especial nos relatórios de avaliação final de ano (previstos no ponto 3 do artigo 13 do Decreto-Lei n.º 3/2008).

Para além do carácter eminentemente formativo, estas três componentes produzem efeitos designadamente nas seguintes áreas:

- Determinação e reavaliação das condições especiais de avaliação mais adequadas;
- Determinação e reavaliação do tipo de adaptações curriculares de que o aluno deve beneficiar;
- Propostas de encaminhamento para avaliação e acompanhamento terapêutico/psicológico;
- Propostas fundamentadas de turma reduzida.

Estas medidas são mantidas ou alteradas, agravando ou não a sua restrição, de acordo com o seguinte *critério essencial*:

A avaliação do aluno com NEE deve orientar-se sempre no sentido de proporcionar as melhores possibilidades de sucesso académico e pessoal de que os agentes educativos envolvidos acreditam que o aluno é capaz de atingir e que melhor serve a inclusão em ambientes educativos regulares na perspetiva de conclusão da escolaridade obrigatória num tempo adequado às suas capacidades com o currículo que melhor serve a sua aprendizagem (este critério aplica-se tanto á avaliação formativa como sumativa).

D. AVALIAÇÃO SUMATIVA

A avaliação sumativa dos alunos com NEE é feita em conselho de turma/conselho de docentes para atribuição das classificações quantitativas e qualitativas (alunos com CEI) e decidir da sua transição ou retenção, processo que conta necessariamente com a participação dos DEE. Nos conselhos do 3º período são ainda aprovados os relatórios de avaliação final, elaborados por todos os intervenientes. Neste relatório, a avaliação formativa, anteriormente referida, da responsabilidade do Docente de Educação Especial (alunos com artigo 18º) integra também e necessariamente uma componente sumativa, mas não classificativa.

No aspeto particular da avaliação sumativa externa, os critérios de avaliação dos alunos com NEE de carácter permanente deixaram de depender exclusivamente do tipo de adaptação curricular implementada. A partir do momento em que a condição especial de avaliação nas provas finais de ciclo denominada *provas finais a nível de escola* deixou de ser um direito a que os alunos com adequações curriculares (artigo 18º do Decreto-

Lei n.º 3/2008) acediam diretamente, passando a estar sujeita à elaboração de uma proposta fundamentada em conselho de turma/docentes, deferida ou não pelo Júri Nacional de Exames (9º ano), o estabelecimento de critérios de avaliação do currículo que o aluno deve realizar torna-se uma tarefa mais exigente e delicada. Tais critérios devem ser amplamente discutidos pela comunidade escolar, sendo que envolvem, entre outras, decisões relativas ao futuro académico do aluno e à possibilidade de realização de cursos profissionais ou profissionalizantes.

Contudo, o critério essencial enunciado mais acima relativo à avaliação formativa adequa-se perfeitamente à avaliação sumativa e deve, na nossa opinião, orientar as decisões relativas à transição/aprovação de ano:

Os alunos com NEE abrangidos pelo artigo 21º do Decreto-Lei n.º 3/2008 (CEI) são avaliados de acordo com o currículo definido no seu PEI. Os critérios gerais de avaliação das áreas curriculares específicas que não fazem parte da estrutura curricular comum e os fatores de ponderação, estes últimos caso se justifiquem, serão definidos pelo grupo de professores de Educação Especial do agrupamento ou pelos DEE que acompanham estes alunos. Atualmente, os critérios de avaliação dos alunos com CEI são inscritos individualmente em cada PEI.

| CURRÍCULO FUNCIONAL PARA ALUNOS EM CURRÍCULO ESPECÍFICO INDIVIDUAL (MEDIDA e) DO DL N.º 3/2008) | | | |
|---|---|---|--|
| ÁREAS/ CONTEÚDOS | CONTEXTOS DE APRENDIZAGEM | | |
| | ESCOLA | COMUNIDADE | TRABALHO |
| COMUNICAÇÃO (verbal e não verbal; oral e escrita) AUTONOMIA PESSOAL E SOCIAL SOCIALIZAÇÃO (relações interpessoais) MATEMÁTICA FUNCIONAL <u>TRANSIÇÃO À VIDA ATIVA</u> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ O aluno atuará de modo tão adequado quanto possível nas suas relações interpessoais. ✓ O aluno, nas suas atividades escolares, atuará de modo tão independente e eficiente quanto possível. ✓ O aluno atuará de modo tão independentemente e eficiente quanto possível, identificando palavras e outros símbolos escritos. ✓ O aluno atuará de modo tão independente e eficiente quanto possível, executando diversas tarefas escritas. ✓ O aluno atuará de modo tão independente e eficiente quanto possível, resolvendo as operações matemáticas necessárias. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ O aluno, na comunidade, procederá de modo tão adequado quanto possível nas suas relações interpessoais e sociais. ✓ O aluno atuará de modo tão independente e eficiente quanto possível na execução de atividades laborais. ✓ O aluno deslocar-se-á na comunidade e atuará de modo tão independente e eficiente quanto possível, fazendo diferentes registos escritos. ✓ O aluno deslocar-se-á na comunidade de modo tão independente e eficiente quanto possível, efetuando as operações matemáticas necessárias. ✓ O aluno atuará como consumidor de bens e serviços de modo tão independente e eficiente quanto possível, identificando palavras e outros símbolos escritos. ✓ O aluno atuará como consumidor de bens e serviços de modo tão independente e eficiente quanto possível, fazendo diferentes registos escritos. ✓ O aluno atuará como consumidor de bens e serviços de modo tão independente e eficiente quanto possível, efetuando as operações matemáticas necessárias. ✓ O aluno procederá como cidadão responsável de modo tão independente e eficiente quanto possível. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ O aluno, numa situação laboral atuará com um comportamento social tão adequado quanto possível. ✓ O aluno atuará de modo tão independente e eficiente quanto possível na execução de atividades laborais. ✓ O aluno, numa situação laboral, atuará de modo tão independente e eficiente quanto possível identificando palavras e outros símbolos escritos. |
| Nota: As áreas / conteúdos e objetivos serão trabalhados em toda a componente curricular dos alunos com CEI, desde o apoio da Educação Especial às disciplinas / áreas curriculares não disciplinares e atividades especiais, incluindo a as atividades de transição à vida ativa, sendo formalizado em documento próprio (Currículo Específico Individual – CEI), que conta com a participação de todos os intervenientes. | | | |

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DOS ALUNOS COM NEE

Este quadro abrange todos os alunos que beneficiam diretamente do apoio do Docente de Educação Especial (pontos 1, alínea d, e 3 do artigo 17º), quer os que estão sujeitos a uma avaliação que decorre da medida educativa prevista no artigo 18º (adaptações curriculares individuais) e no artigo 20º (adaptações no processo de avaliação) quer a que decorre do artigo 21º (currículo específico individual) do Decreto-Lei n.º 3/2008. Esta avaliação é da responsabilidade do Docente de Educação Especial e diz respeito ao trabalho

específico direto que desenvolve com os seus alunos, constituindo o corpo essencial dos juízos formativos formulados pelo DEE em todas as fases da avaliação interna destes alunos. Este quadro não contempla diferenças específicas que existem no conjunto dos alunos com NEE, nomeadamente aquelas que são marcas distintivas das adaptações curriculares individuais e dos currículos específicos individuais.

PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O aluno no final 2.º Ciclo deverá ser capaz de:

- Manifestar interesse e curiosidade por situações e problemas, questionando a realidade e intervindo no sentido de a compreender, mobilizando e articulando saberes e conhecimentos adquiridos de forma adequada, quer por iniciativa própria quer por orientação;
- Compreender textos orais e escritos assimilando as ideias globais e usar, corretamente, a Língua Portuguesa para estruturar o pensamento e comunicar de forma adequada;
- Comunicar fazendo uso adequado de diferentes linguagens culturais, científicas, tecnológicas e artísticas, e de linguagem não verbal;
- Participar de forma ativa, empenhada e organizada nas atividades letivas;
- Identificar, selecionar e aplicar métodos de trabalho;
- Organizar as suas atividades de aprendizagem, pesquisando, selecionando e estruturando informação para a transformar em conhecimento mobilizável;
- Compreender e utilizar o raciocínio matemático em situações reais;
- Utilizar técnicas de produção sonora a nível vocal e instrumental;
- Comunicar através de textos simples, orais e escritos, em língua inglesa;
- Participar em atividades interpessoais e de grupo, respeitando normas de segurança pessoal e coletiva, regras, critérios de atuação, de convivência e de trabalho em vários contextos, manifestando sentido de responsabilidade e respeito pelo seu trabalho e o dos outros, e atitudes de entajuda e solidariedade;
- Mobilizar e coordenar os aspetos psicomotores necessários ao desempenho de tarefas;
- Manifestar atitudes de responsabilidade e postura ativa face à preservação do ambiente;
- Se Autoavaliar e ajustar métodos de trabalho à sua forma de aprender.

PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O aluno no final do 3.º Ciclo deverá ser capaz de:

- Manifestar interesse e curiosidade por situações e problemas, questionando a realidade e intervindo no sentido de a compreender, mobilizando e articulando saberes e conhecimentos adquiridos de forma adequada, quer por iniciativa própria quer por orientação;
- Concretizar procedimentos pretendendo a compreensão da realidade e resolução de problemas; Compreender e utilizar o raciocínio matemático procedendo à modelização do real;
- Comunicar com uso adequado e capacidade de transferência entre diferentes linguagens culturais, científicas e tecnológicas e artísticas;
- Participar de forma ativa, empenhada e organizada nas atividades letivas, expressando dúvidas e dificuldades, demonstrando persistência, esforço, iniciativa e criatividade;
- Discutir e defender, de forma fundamentada e argumentada, ideias, dando espaços de intervenção aos outros;

- Aplicar, corretamente, a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar o pensamento, respeitando as regras do seu funcionamento;
- Compreender e produzir textos orais e escritos e interagir de forma oral e escrita em língua inglesa e francesa;
- Identificar, selecionar e aplicar métodos de trabalho, organizando as suas atividades de aprendizagem;
- Pesquisar, selecionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável, rentabilizando as tecnologias de informação e comunicação nas tarefas de construção do conhecimento;
- Manifestar sensibilidade e perceber estéticas da cultura do universo visual e das várias expressões artísticas;
- Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões, propondo-se intervir no confronto de diferentes perspetivas;
- Participar em atividades interpessoais e de grupo, respeitando normas de segurança pessoal e coletiva, regras, critérios de atuação, de convivência e de trabalho em vários contextos, manifestando sentido de responsabilidade e respeito pelo seu trabalho e o dos outros, e atitudes de ajuda e solidariedade;
- Realizar diferentes tipos de atividades físicas promotoras do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida;
- Determinar e respeitar regras para o uso coletivo de espaços;
- Manifestar atitudes de responsabilidade e postura ativa face à preservação do ambiente;
- Autoavaliar as suas aprendizagens confrontando o conhecimento adquirido com os objetivos propostos.